

Boletim OPISA

Especial Rio+20

| n.2, abr./jun. 2012 |





Observatório Político
Sul-Americano

O Observatório Político Sul-Americano - OPSA é um núcleo de referência destinado ao monitoramento e registro de eventos políticos nos planos interno e externo dos países sul-americanos. Suas atividades principais envolvem a coleta e sistematização de informações relativas aos processos políticos dos países da região, bem como a elaboração de análises pontuais sobre aspectos e problemas das conjunturas doméstica e internacional da área.

Coordenadora Acadêmica

Maria Regina Soares de Lima
Ph.D. em Ciência Política pela Vanderbilt
University

Assistentes de Coordenação

Regina Kfuri
Tatiana Oliveira

Assistentes de Pesquisa

Clayton Cunha (Bolívia)
Daniel Oppermann (Indicadores)
Ana Carolina Vieira de Oliveira (Argentina)
Gabrieli Gaio (Paraguai)
Beatriz Thomaz Carvalho (Peru)
Pedro Archer Nogueira (Equador)
Fidel Flores (Venezuela)
Pedro Benetti (Chile)
Tiago Sales (Colômbia)
Francisco Josué Medeiros de Feitas (Brasil)
Guilherme Simões Reis (Uruguai)

Boletim OPSA

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade bimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

Este Boletim foi elaborado principalmente com base nas informações referentes aos meses de abril a junho de 2012.

O Boletim OPSA é publicado na segunda semana do mês seguinte ao trimestre a que se refere.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são terminantemente proibidas.

ISSN 1809-8827

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
IESP/UERJ

Rua da Matriz, 82 - Botafogo - Rio de Janeiro –
RJ | Tel.: (21) 2266-8300 Fax: (21) 2286-7146

<http://www.opsa.com.br>
E-mail: observatorio@iesp.uerj.br

Apresentação

Rio+20: Dossiê

Nesta edição o Boletim OPISA não trará, excepcionalmente, o tradicional editorial de Maria Regina Soares de Lima. Oferecemos, no entanto, uma análise detalhada da Conferência das Nações Unidas, ONU, sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio+20. O evento, que aconteceu oficialmente entre os dias 15 e 22 de junho de 2012, teve como objetivo renovar o comprometimento político dos países membros do organismo com a noção de sustentabilidade, avaliar o progresso das metas estabelecidas durante as conferências anteriores, além de abordar novas metas e desafios.

Considerada a maior conferência da ONU já realizada, o evento contou com a participação de 188 delegações de países e três observadores, cem chefes de Estado e de Governo e mais de nove mil ONGs e representantes de movimentos sociais. Ademais do evento oficial entre chefes de Estado e de Governo, foram registrados mais de 500 eventos oficiais e paralelos. Ao final do encontro, mais de 513 bilhões de dólares foram comprometidos para fins vinculados ao desenvolvimento, à ecologia e ao meio ambiente. O número de acordos voluntários subscritos por governos, pela

iniciativa privada, por grupos da sociedade civil, universidades, dentre outros, foi de 692.

Em outra oportunidade¹, destacou-se a forte liderança dos países da América do Sul na promoção da agenda da sustentabilidade em todas as ocasiões em que foram demandados a posicionar-se. Mas logo ficou claro que não foi apenas no âmbito da política estatal que o tema ganhou destaque. A opinião pública nacional e internacional se mobilizou e se voltou para o tema na tentativa de influenciar os rumos do debate. As organizações da sociedade civil, a comunidade epistêmica, a iniciativa privada e a mídia internacional também estiveram atentas a esse tema. A sociedade civil foi protagonista de uma crítica sistêmica ao modo de acumulação capitalista “sustentável”, em contraste com o tom de gerenciamento da crise ambiental adotado nos espaços de diálogo dos governos, em vista, entre outras razões, da crise econômica e social que se instalou no mundo capitalista e ocidental desde 2008.

Iniciamos o Boletim com uma descrição das principais propostas e posicionamentos dos governos sul-americanos. Em seguida, trazemos

¹ Ver: FLORES, Fidel P.; KFURI, Regina. Os governos sul-americanos frente ao tema ambiental: iniciativas e articulações regionais rumo à conferência Rio+20. Observador On-line, v.6, n.07, jul. 2011, p. 31 e MEDEIROS, Josué; OLIVEIRA, Tatiana. Os movimentos sociais na América do Sul e a questão ambiental. Observador On-line, v.6, n.08, ago. 2011, p. 56.

uma análise da atuação do empresariado. E, por fim, busca-se contemplar o tão pouco noticiado debate travado no âmbito dos movimentos sociais.

Rio de Janeiro, 05 de junho de 2012

Maria Regina Soares de Lima
Regina Kfuri
Tatiana Oliveira

Argentina

Argentina: Posição de crítica aos
mais desenvolvidos

Ana Carolina Vieira de Oliveira
Pesquisadora OPISA

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) de 13 a 22 de junho de 2012 suscitou o debate de muitos atores do sistema internacional. Para os Chefes de Estado e Governo dos países participantes, o encontro começou basicamente no dia 20 de junho, em que analisariam documentos previamente aprovados e fariam discursos oficiais do posicionamento de cada um dos Estados.

No entanto, para a Argentina, esse movimento natural não se concretizou. Logo no primeiro dia de encontro dos Chefes de Estado, no dia 20 daquele mês, a presidente da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, não discursou por ser impelida a voltar urgentemente a seu país por conta de uma greve sindical que ameaçava cortar o abastecimento de combustíveis em diversas províncias.

Tais greves –geradas por pedidos de aumento salarial de até 30% - provocaram bloqueios que afetaram refinarias de Buenos Aires, Tucumán,

Santa Fé, Córdoba e Mendoza, o que gerou mobilização por parte do Ministro do Interior, Florencio Randazzo, e do Secretário de Segurança, Sergio Berni, que enviaram forças de segurança a algumas dessas localidades de modo a garantir a saída dos caminhões que abasteceriam as cidades, principalmente do interior argentino.

Porém, mesmo com o não-discurso de Fernández de Kirchner, a posição argentina se tornou pública por meio do pronunciamento oficial do Senador Daniel Filmus, dias antes da Cúpula da Rio+20; e também por meio de vários outros representantes em diversas posições de poder na Argentina. O tumulto causado pela retirada rápida da presidente da Conferência não impediu que a delegação argentina levasse uma posição em consonância com o posicionamento do G-77+China, já acordado em momentos anteriores.

Filmus, alguns dias antes do evento, afirmou que a busca pelo equilíbrio no meio-ambiente passou a ser uma preocupação geral, de forma que o senador lançou duras críticas aos países mais desenvolvidos, em especial às grandes potências, que julgou não estarem dispostas a sentar e negociar soluções para os problemas ambientais. Filmus, homem de confiança de Kirchner, afirmou que o que existe são apenas

discursos que não têm força para conseguir chegar a compromissos concretos. Por isso, acredita que nem as ONGs nem países como a Argentina teriam força política para demandar algo concreto, admitindo sua limitação e, ao mesmo tempo, levando a crer a existência de uma ligação entre questões ambientais e interesses de qualquer espécie.

Da mesma forma, Silvia Révora, subsecretária de Planejamento e Política Ambiental e uma das principais negociadoras argentinas na Rio+20, sustentou na Conferência que o conceito de Economia Verde, termo apregoado, em sua grande medida, pelos países considerados centrais. Ela defendeu que tal conceito de fato não existe ou não pode ser caracterizado de forma precisa. Por isso, a Argentina não apoiaria algo que se desconhece precisamente, negando-se a substituir, portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável, considerado pela secretária mais ambicioso e que implicaria uma mudança de modelo de produção muito maior.

Portanto, Révora defende o posicionamento argentino de que o conceito de economia verde levaria a certa imposição, ditando aos países como eles devem utilizar seus recursos naturais, o que para a Argentina, estaria fora de cogitação. Seriam parâmetros que, segundo a

secretária, levariam à dependência dos menos desenvolvidos aos mais; além de não favorecer a diminuição da pobreza. Pela mesma linha de raciocínio, o Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina em comunicado em 11 de junho, afirmou que “não existe definição consensuada entre os países em desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA). Portanto, este conceito não pode substituir o princípio fundamental do Desenvolvimento Sustentável nem ser um instrumento dos países centrais para impor barreiras tarifárias aos países em desenvolvimento”.

Seguindo a posição do G-77+China, a Argentina acredita que a mudança deve partir dos mais desenvolvidos, por serem considerados responsáveis por implementar um modelo de consumo incongruente com a sustentabilidade; e, por consequência, os critica pela omissão em aceitar suas responsabilidades. Países como a Argentina só poderiam mudar se houvesse uma mudança por parte dos países centrais, pelo fato de não daqueles possuírem tecnologia e capacidade financeira para este movimento.

Porém, mudanças e qualquer outra movimentação para o desenvolvimento sustentável devem respeitar o espaço nacional argentino

e sua soberania sobre os recursos naturais. Ou seja, mediante ação do Estado como garantidor da equidade social e ambiental, o governo nacional está encarando a problemática ambiental como um “todo a integrar com as políticas setoriais de habitação, saúde, trabalho digno, educação, saneamento, infraestrutura, dentre outras” Desta forma, o Estado reafirma “a soberania sobre nossos recursos naturais” e defende “as posições e medidas que são mais benéficas para aprofundar nosso modelo de desenvolvimento econômico industrial, com geração de emprego, inclusão social e cada vez mais dignidade a nosso povo”, em detrimento ao modelo dos países centrais e do que propõe a Economia Verde.

No entanto, tal modelo de desenvolvimento econômico-industrial, ao mesmo tempo em que tem seus pontos positivos, acarreta a pontos negativos relacionados ao meio ambiente. De positivo, há de se pensar no aumento da participação e da preocupação da sociedade civil com o meio ambiente, assim como da atuação em conjunto dos governos provinciais, municipais e nacional para a sustentabilidade. Exemplo disso foi a atuação da Corte Suprema de Justiça, que impeliu os governos nacional, da província de Buenos Aires e da Capital Federal a iniciar em 2011 um processo de saneamento do Rio

Matanza-Riachuelo, considerado o rio mais poluído da Argentina. Resultado disso foi a retirada de famílias de suas margens, reflorestamento em determinados pontos e melhoria da qualidade de sua água.

Também pode ser pensado como exemplo positivo as instalações de fontes de energia alternativa às provenientes de combustíveis fósseis, que se tornaram mais comuns desde 2006. Podem-se pensar, mais recentemente, na inauguração do parque eólico Rawson, em Chubut, e de uma usina fotovoltaica – ou seja, de energia solar – em San Juan.

Porém, ao se pensar nessas mesmas energias alternativas, os problemas começam a surgir. Primeiramente, o que mais chama atenção é o comportamento argentino contrário ao movimento natural de substituição da energia nuclear, iniciado em muitos países europeus por conta do acidente na usina de Fukushima, no Japão, como provam a inauguração de Atucha II e o projeto de Atucha III. Além disso, em estudo recente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com a Bloomberg New Energy Finance (BNEF), a Argentina figura apenas com a 11ª colocação no ranking dos países da América Latina em termos de investimento externo no setor energético alternativo. Entre 2006 e 2011, o país investiu apenas US\$ 1,7

bilhão no setor de energias renováveis. E em 2011 o investimento sofreu um forte retrocesso em relação a 2010, com queda de quase 70%.

Da mesma forma, o impacto ambiental causado pelos grandes conglomerados mineradores, que utilizam cianuro para extrair metais, é grande e acaba, em algumas regiões, tendo o aval do governo nacional, por estar em locais governados por kirchneristas. Tendo por objetivo inicial o julgamento de casos de danos ao meio ambiente, a Comissão de Mineração da Câmara dos Deputados atualmente é acusada de não se reunir para questões relevantes e de acobertar ações que não limitem a proibição ou regulamentação do setor, além de impedir a participação de alguns deputados da oposição em seus encontros.

Isso demonstra que, internamente, na Argentina, ainda há um envolvimento grande entre política, poder e meio-ambiente. Como afirma o argentino Juan Carlos Villalonga, ex-diretor político do Greenpeace, causas ambientais são apoiadas por partidos políticos e seus representantes apenas enquanto são de oposição, mudando radicalmente de pensamento ao se instalarem no governo. Segundo ele “em nosso país, lamentavelmente, desde o retorno da democracia até a atualidade, sempre foi assim. Por isso cremos necessária

a formação de uma alternativa partidária que tenha em suas prioridades a questão do meio-ambiente ou do desenvolvimento sustentável”.

Brasil

Rio+20: êxito ou fracasso?

Josué Medeiros
Pesquisador OPISA

Depois de 20 anos passada a realização da Cúpula da Terra, também chamada de ECO-92, a cidade do Rio de Janeiro abrigou, em 2012, mais um grande evento das Nações Unidas: a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) ou apenas Rio +20. A ECO-92 teve sucesso em estabelecer um acordo em torno do desenvolvimento sustentável a partir de uma intensa mobilização da sociedade civil e do engajamento dos Estados. O objetivo da Rio+20 é renovar e atualizar este acordo a partir de dois eixos: o conceito de economia verde e a elaboração de uma nova arquitetura institucional.

A renovação deste pacto, que deveria ser o resultado do balanço do modo pelo qual os países avançaram ou não nos compromissos estabelecidos ao longo destas duas décadas, se fez

necessária tendo em vista o quadro político e econômico bastante distinto desde o início da década de 1990 até os dias atuais. Naquele o momento os EUA afirmavam sua hegemonia sobre o mundo devido ao fim da União Soviética, com o qual polarizou as relações internacionais por pouco mais de 50 anos. E, no âmbito da América do Sul, este predomínio se apresentou com a adesão – mais ou menos radical dependendo do caso – do conjunto dos países da região ao projeto neoliberal.

A situação atual é outra. A política internacional continua pautada pela superioridade dos EUA, mas este se depara com novos desafios. A crise econômica que em 2008 atingiu o país foi apenas um capítulo deste novo cenário, que contém ainda a emergência de países em desenvolvimento como importantes atores globais, China à frente de um grupo que inclui Índia, Rússia, África do Sul e Brasil.

O continente sul-americano vem protagonizando uma das transformações mais significativas no cenário político mundial. A hegemonia neoliberal foi substituída por uma onda de vitórias eleitorais de partidos e movimentos progressistas que propõem a ruptura com o neoliberalismo. Ainda que com enormes diferenças entre eles, com contradições e impasses relacionados

à dinâmica interna de cada um – por exemplo, constrangimentos internacionais, limitadores institucionais, capacidade econômica, grau de mobilização da sociedade civil, existência ou não de partidos e sindicatos consolidados, maior ou menor inexperiência administrativa, peso do Estado, consequências sociais do neoliberalismo, entre outros – tais governos de esquerda tiveram sucesso em superar o ideário neoliberal, ao menos no âmbito do Estado.

O Brasil fez parte deste processo com o governo Lula desde 2003, através da promoção de crescimento econômico com distribuição de renda, calcado no mercado interno, na concessão de crédito aos mais pobres, no significativo aumento real do salário mínimo, em políticas sociais abrangentes e no fortalecimento do papel do Estado na economia.² O Brasil se tornou um importante protagonista da dinâmica internacional, com um direcionamento das suas relações internacionais para a cooperação entre os países em desenvolvimento em geral e para a integração sul-americana especialmente.³

² Ver Mineiro, Adhemar (2010). Comentários Sobre a Política Econômica brasileira entre 2003 e 2008.

³ Lima, Maria Regina Soares. (2008). Desempenho de governos progressistas no Cone Sul.

Neste sentido, o Brasil sintetiza e simboliza a diferença entre a situação política da época da ECO-92 e a do momento da realização da Rio+20. A este diagnóstico se soma o próprio processo de debates e mobilização em torno da agenda ambiental. A importância do tema ecológico na agenda da ONU é parte do processo de reforço do multilateralismo que vem ocorrendo com vigor a partir do fim da Guerra Fria. Desde os anos 1970 que os governos e a sociedade civil mundial vêm debatendo os temas ambientais, com a realização da Conferência de Estocolmo sobre o Homem e o Meio ambiente, em 1972. Esta conferência foi um ponto de partida para uma série de debates e mobilizações em torno da necessidade de estabelecer uma nova dinâmica para a relação entre o homem e a natureza. O ponto de chegada de tal processo de mobilização foi a ECO-92 e o consenso em torno do conceito de desenvolvimento sustentável.

O problema é que, para além desse consenso inicial, pouco se caminhou entre os governos no que tange à concretização de um novo paradigma para as relações entre meio ambiente e a humanidade. O modelo de desenvolvimento dominante ainda se sustenta no uso de recursos naturais limitados e não renováveis, resultando em altas taxas de emissões de gases de efeito estufa. Ademais, a fome e a miséria afetam 2

bilhões de pessoas, segundo dados da ONU, ainda que a produção de alimentos e sua circulação comercial apresentem crescimento nestas últimas décadas. Os danos ao ambiente e ao clima são profundos, como atestam os cada vez mais frequentes desastres naturais.

Nos últimos anos a crise climática tem se vinculado à crise econômica e de justiça social. Tal fato vem provocando resultados contraditórios na dinâmica internacional em torno da agenda ambiental. Por um lado, o debate sobre desenvolvimento sustentável regressa com força. Por outro, desta conexão entre as múltiplas crises resulta a incapacidade da ONU em elaborar um acordo internacional para solucionar a crise climática resulta desta conexão entre a crise econômica e a crise ambiental. Alguns países desenvolvidos, imersos em uma dinâmica interna de superação da recessão, não se comprometem com saídas coletivas e pactuadas para o problema das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, certas nações em desenvolvimento não querem abrir mão do velho modelo de produção e consumo para manter seus índices recentes de crescimento econômico, contribuindo para agravar a situação de ausência de propostas práticas que materializem desenvolvimento sustentável. O ceticismo da sociedade

civil cresce a cada fracasso nas rodadas de negociação.

O Brasil tem importância crucial para a superação do quadro de ceticismo e paralisia da ONU. O país se tornou um ator político central das relações internacionais. A criação do G-20 em superação ao G-8 já é um indicador. O fortalecimento da integração regional da América do Sul a partir da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e das relações com os demais países em desenvolvimento com a consolidação dos Brics – sigla que junta Brasil, Rússia, Índia e China, com o adendo recente da África do Sul – também apontam para a mesma direção. E o fato de ser uma sociedade democrática, na qual, desde a vitória do PT, o Estado dialoga abertamente com os movimentos sociais, reforçam a autoridade brasileira para atuar na superação do fosso entre a ONU e a sociedade civil.

Enfim, na busca pela solução da crise ambiental, o Brasil cumpre papel decisivo, por diversas razões: trata-se de um país que conta com uma sociedade civil crítica e mobilizada, que vem buscando influenciar e pressionar o governo para que se engaje na construção efetivamente na promoção do desenvolvimento sustentável. Não obstante, o Estado brasileiro busca apresentar seu atual desenvolvimento econômico em meio

à crise de EUA, União Européia e Japão, como exemplo a ser seguido por combinar crescimento com melhoria contínua dos indicadores sociais. O fato de o Brasil ser um dos maiores poluidores mundiais por conta do desmatamento da floresta Amazônica atiza tanto a mobilização da sociedade civil quanto a ação governamental, que procurou apresentar metas ousadas de controle das emissões poluentes nos últimos fóruns da ONU.

A partir de tal contexto, o balanço da Rio+20 precisa responder se a conferência foi um sucesso tanto no que tange ao encaminhamento da crise ambiental em si quanto no que se refere às aspirações do Brasil em ser um ator global. Por óbvio que ambas as respostas estão ligadas, o sucesso de uma influenciando na outra.

A Rio+20 foi considerada pela ONU como a maior reunião já realizada sobre o tema do meio ambiente em toda a sua história. Ainda que em número de chefes de Estado a ECO-92 tenha mobilizado mais, a participação direta da sociedade civil - a Cúpula dos Povos, organizada pelos movimentos sociais chegou a congrega 300 mil pessoas – e a repercussão dos debates na grande mídia internacional superaram em muito o ocorrido há vinte anos e também o que se verifica nas COPs.

Contudo, toda esta mobilização seria insuficiente para atestar o sucesso da Rio+20 do ponto de vista do governo brasileiro caso a reunião não produzisse um documento final.

“O Futuro que Queremos” é o título da declaração final da Rio+20, resultado das negociações e consensos entre os 193 países membros da ONU. Em que pese as críticas que diversos setores – movimentos sociais, ONGs, diplomacia dos países mais atingidos pelas mudanças climáticas, comitês científicos – fizeram ao documento, o Itamaraty comemorou o resultado final, evocando o princípio diplomático de que um “acordo ruim é melhor do que nenhum acordo”.

Coube a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, o papel de defensora do resultado final da conferência, no que pode ser considerada uma verdadeira estreia de Dilma enquanto presidente de um novo ator global. A mandatária brasileira passa por um momento interno de fortalecimento da sua imagem e do seu governo, com altos índices de popularidade (os maiores para os primeiros 18 meses de gestão desde a redemocratização do país, em 1988). Apesar disso, ou até mesmo por conta disso, Dilma concentrou sua atuação internacional no tema da crise econômica, em especial na busca por soluções que impeçam a recessão de se espalhar para além dos países ricos, atingindo também as

nações em desenvolvimento, o que, caso aconteça, certamente prejudicará o seu mandato.

A economia foi a tônica da intervenção de Dilma na Assembleia Geral da ONU, nas do G-20, nas atividades da Unasul e do Mercosul, nos fóruns dos Brics, e em encontros bilaterais tais como os ocorridos com a chanceler alemã Ângela Merkel, no qual as duas divergiram publicamente em torno da melhor resposta para os problemas econômicos mundiais, com a brasileira defendendo mais gastos públicos para estimular a economia enquanto Merkel sustenta a manutenção de um forte ajuste fiscal típico do receituário neoliberal.

A presidente Dilma foi enfática na defesa do sucesso da Rio+20, sustentando inclusive o valor do texto final elaborado, mesmo reconhecendo que nele não existem medidas concretas. Segundo ela, o tema do financiamento internacional para a transição rumo a um novo paradigma não entrou no texto, porém foi a primeira vez que ele foi proposto em um fórum da ONU, e isso se deve ao Brasil que, como país-sede coordenou as negociações. Nas palavras de Dilma:

“O que eu acho que é importante quando você tem um documento escrito é que ninguém pode negar ou esquecer o que está escrito no documento. A vantagem do que nós chegamos aqui com o documento da Rio+20 é, primeiro, ele foi discutido entre centenas de países.

Segundo, é que está escrito os compromissos que terão de ser cumpridos. Agora, muitos países não quiseram assinar a questão do financiamento. Uma das formas de se evoluir daqui para frente é colocar isso na pauta. Porque lá em Copenhague não foi posto. Os países desenvolvidos não querem que isso seja posto na pauta. E nós queremos que seja posto na pauta, mas agora tem de respeitar quem não quer. Então só pode avançar daqui para frente.”⁴

Outro argumento da presidente Dilma a favor do êxito da conferência, e conseqüentemente do papel negociador do Brasil, foi na comparação com os eventos passados da ONU, como a ECO-92 e as COPs. Segundo a mandatária brasileira,

“O documento que aprovamos hoje não retrocede em relação às conquistas da Rio-92. Não retrocede em relação à Cúpula de Johannesburgo de 2002. Não retrocede em relação a todos os compromissos assumidos nas demais conferências das Nações Unidas, ao contrário, o documento avança, e muito, mostrando a evolução das concepções compartilhadas de desenvolvimento sustentável. Lançamos as bases de uma agenda para o século XXI.”⁵

Em suma, para o governo Brasileiro, ainda que a Rio+20 não tenha apontado caminhos concretos para a solução dos problemas ambientais do planeta, ela logrou, de acordo com a presidente Dilma, em construir

...um ponto de partida. Um documento de conferência sobre o meio ambiente e sobre desenvolvimento sustentável, a biodiversidade, a erradicação da pobreza é, necessariamente, um ponto de partida,

porque é até onde as nações chegaram no seu conjunto. Agora, o que nós temos de exigir é que, a partir desse documento, as nações avancem. O que nós não podemos conceber é que alguém fique aquém dessa posição, além dessa posição todos devem ir.”⁶

De fato, de ponto de vista das aspirações do governo brasileiro em se consolidar como um ator global relevante no cenário das relações internacionais, a Rio+20 teve êxito. O Brasil conseguiu organizar uma conferência com alto envolvimento dos governos e da sociedade civil – vale destacar que os principais movimentos organizadores da Cúpula dos povos também participaram dos Diálogos para o desenvolvimento Sustentável, fórum de debates entre o governo brasileiro e a sociedade civil – e que, mesmo em meio à crise econômica, terminou com o documento final que reconhece tanto a existência da crise ambiental quanto a necessidade de que a comunidade internacional precisa se mobilizar, inclusive financeiramente, para superar esta crise.

Ao mesmo tempo, os fracassos da conferência em estabelecer medidas concretas para esta superação, não são de responsabilidade apenas do Brasil, mas são no mínimo divididas com a conjuntura da crise econômica internacional e com a intransigência dos países mais ricos – muitos dos

⁴ Extraído de <http://blog.planalto.gov.br/rio-20-e-um-ponto-de-partida-e-os-paises-devem-ir-alem-dos-acordos-firmados-diz-dilma/> dia 30/06/2012.

⁵ Extraído de <http://blog.planalto.gov.br/para-dilma-rio20-foi-um-passo-historico-em-direcao-a-um-mundo-mais-justo/> dia 30/06/2012.

⁶ Extraído de <http://blog.planalto.gov.br/rio-20-e-um-ponto-de-partida-e-os-paises-devem-ir-alem-dos-acordos-firmados-diz-dilma/> dia 30/06/2012.

quais mandaram delegações fragilizadas para o Rio de Janeiro – em assumir a condução desta superação.

Não resta dúvida de que em uma análise mais minuciosa do documento final as ausências serão mais percebidas do que os aspectos positivos elencados pela presidente Dilma, ou dos acordos existentes desde 1992 e que foram mantidos, tipo a prioridade na luta pela erradicação da pobreza como fundamental para o desenvolvimento sustentável e até mesmo do que novos pontos que foram introduzidos na resolução, vide, por exemplo, a consolidação da concepção de que os homens fazem parte orgânica e integrada da natureza, não estando mais separados um do outro.

Afinal, não existe perspectiva de acordo em temas centrais como o estabelecimento de novos índices para medir o desenvolvimento sustentável, tendo em vista que o PIB se refere apenas a aspectos econômicos; o mesmo ocorrendo quanto à urgência de se criar um fundo financiador das mudanças nos países em desenvolvimento, que precisam de apoio para estruturar suas economias em novas bases tecnológicas e produtivas; fundo este que deveria ser financiado por um imposto internacional sobre transações

financeiras, algo igualmente ignorado na resolução final da Rio+20.

Mas este, todavia, não é o objetivo deste texto. Aqui cabe apenas registrar que a presidente Dilma manteve o padrão que fora estabelecido pelo ex-presidente Lula com relação a atuação do Brasil nos fóruns multilaterais. O protagonismo brasileiro na conferência foi decisivo para o desfecho positivo nas negociações do documento final. A inexistência de medidas concretas não pode ser atribuída ao Brasil, tendo em vista que os países mais ricos sequer consideraram a hipótese de assumir compromissos nesta conferência.

Bolívia

Rechaço ao capitalismo verde e sintonia com Cúpula dos Povos.

Clayton M. Cunha Filho
Pesquisador OPSA

A Bolívia apresentou-se à Cúpula Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em delegação composta pelo presidente boliviano, Evo Morales, pelas ministras do Planejamento e do Desenvolvimento Rural, Viviana Caro e Nemesia Achacollo, respectivamente, do chanceler David Choquehuanca e do

ministro de Meio Ambiente e Águas, Felipe Quispe, com um posicionamento prévio extremamente crítico às propostas principais do evento, de conformação de uma “economia verde”.

Para o país, tal conceito significaria nada mais que uma legitimação da mercantilização da natureza e dos recursos vitais, incapaz de resolver os graves problemas ambientais contemporâneos. O presidente boliviano foi ainda além em discurso na segunda sessão plenária da conferência em 21 de junho e classificou a “economia verde” como um “novo colonialismo” de dupla natureza: coloniza a natureza ao mercantilizá-la e coloniza os países do Sul ao exigir que carreguem sobre suas costas os custos ambientais causados em grande medida pela economia dos países do Norte. No mesmo discurso, o presidente considerou um absurdo a privatização de serviços essenciais e sugeriu a estatização, pelos demais Estados, de seus recursos naturais como uma primeira medida fundamental para controlar a depredação ambiental.

A Bolívia vem sendo uma das principais vozes críticas às negociações internacionais sobre a preservação ambiental pelo menos desde a Cúpula de Copenhague em 2009, quando Morales foi uma das principais vozes a condenar o fracasso

do evento em adotar medidas mais concretas de preservação ambiental, desenvolvimento sustentável e compensação por parte das economias mais avançadas pelos impactos ambientais por elas causados. O suposto fracasso de Copenhague levou Morales a convocar para abril de 2010 na cidade boliviana de Tiquipaya a I Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, da qual participaram mais de 35 mil ativistas de vários países e cujas resoluções e recomendações vem formando a base do posicionamento ambiental internacional do país.

Ancorada num discurso de valorização das cosmovisões ancestrais dos povos indígenas andinos, em paradigmas alternativos ao desenvolvimento capitalista baseado no conceito quéchua de “Bom Viver” e no reconhecimento dos direitos da natureza para além de uma visão puramente antropocêntrica do desenvolvimento, a Bolívia vem se posicionando de maneira bastante radical e frequentemente marginalizada no processo das cúpulas ambientais da ONU. Além de rejeitar quaisquer mecanismos de precificação dos recursos naturais, critica fortemente o caráter não vinculante das discussões das cúpulas, que acabam por esse motivo não tendo quase nenhum efeito prático em suas resoluções. Nesse

sentido, o país já havia formalizado antes da Rio+20 juntamente aos demais países da Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (Alba) um pedido para que as decisões da Cúpula tivessem caráter concreto e aplicação obrigatória, mas não obteve sucesso.

Outro aspecto importante da participação boliviana no processo das cúpulas ambientais é o forte apoio às cúpulas paralelas conhecidas como Cúpula dos Povos, encontros de ativistas e movimentos sociais realizados de maneira extraoficial durante os dias do evento principal e um forte caráter de crítica e denúncia do mesmo. Na Rio+20, como também antes nas cúpulas de Copenhague e Cancún, Morales participou pessoalmente de atividade da Cúpula dos Povos. A sinergia entre as críticas do evento dos movimentos sociais e a posição do governo boliviano no evento oficial é notória e os posicionamentos de ambos são extremamente semelhantes.

No entanto, como era esperado até provavelmente pela própria Bolívia, que já declarara que a Rio+20 não era o ponto final de resolução da problemática, mas apenas mais um elo de um longo processo que envolveria a base das sociedades e não apenas seus governos, ao final do evento oficial as resoluções finais praticamente nada acolheram das

posições bolivianas e da Cúpula dos Povos. Considerado aquém do esperado até pelo secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon (embora ele depois tenha se retratado e feito declarações mais favoráveis ao texto), o documento oficial da cúpula foi aprovado com reservas de apenas três países (um dos quais a Bolívia) e seguiu praticamente a mesma linha já adotada na Rio+10 realizada em Johannesburgo em 2002, com muitas boas intenções, sugestões de mecanismos de mercado como caminho para os problemas ambientais e poucas medidas concretas vinculantes. A Bolívia, em suas ressalvas, reivindicou o direito soberano do Estado em escolher seu próprio modelo de desenvolvimento, reafirmou sua descrença na economia verde, rejeitando mecanismos como mercados de carbono e a mercantilização da natureza e defendendo o reconhecimento dos saberes ancestrais dos povos indígenas como parte do fortalecimento da ciência e tecnologia de preservação ambiental e o entendimento da segurança alimentar como soberania alimentar.

Chile

Em busca da economia verde

Pedro Benetti
Pesquisador OPISA

A temática ambiental encontrou abrigo institucional no Chile somente num período recente. A criação do Ministério do Meio Ambiente data de janeiro de 2010, quando pela lei n. 20.417, promulgada pela presidente Michelle Bachelet, a então Comissão Nacional do Meio Ambiente (Conama) foi convertida em ministério, ganhando novo status na burocracia. A própria criação da Conama só foi concretizada em 1994, em substituição a uma secretaria especial do então Ministério de Bens Nacionais. Essa trajetória institucional da temática ambiental no Chile não caminha paralelamente ao desenvolvimento dos debates internacionais acerca do tema, que começaram a ganhar força já na década de 1970, com a Conferência de Estocolmo (1972).

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas, no contexto interno chileno, pela reestruturação das bases do processo de acumulação capitalista do país. Nesse período, a reforma da economia conduzida por Pinochet – com auxílio dos economistas neoliberais de Chicago – trazia mais do que a defesa de um projeto

econômico particular. Tratava-se também de uma redefinição do papel do Estado como ator social e da política, em sentido mais geral, como atividade de regulação das ações e interações humanas. Nesse contexto, não só o meio-ambiente não se torna uma agenda prioritária do Estado, como outros setores diretamente relacionados ao desempenho ambiental do país (como o energético) passam a ser pensados segundo uma lógica de mercado.

Desde esse período, o Chile construiu uma matriz energética amplamente baseada no uso do carvão, do gás mineral e do diesel como matérias-primas. Atualmente, o país tem aproximadamente 64% de sua energia proveniente de centrais termoelétricas, 34,5% de usinas hidroelétricas e apenas 1% de terminais eólicos⁷. Se do ponto de vista ambiental esta matriz constitui um problema, dado seu elevado nível de emissões de CO² no processo de geração, também de uma perspectiva estratégica o modelo parece ser problemático, levando-se em consideração que o país importa a maior parte dos insumos utilizados nas centrais (gás, petróleo, diesel, carvão). Em outras palavras, é reduzida a autonomia do Estado como um ator decisivo das políticas

⁷ Dados retirados do informe liberado pela Comissão Nacional de Energia em dezembro de 2010, disponível em <http://www.minenergia.gob.cl/>

energéticas no país. Com o objetivo de alterar este panorama, o governo lançou, no ano de 2011, o Plano de Energia Chile 2020, cujos objetivos devem convergir com o fortalecimento de uma agenda ambiental no país. No entanto, cabe questionar: De que agenda ambiental fala o governo chileno?

Trata-se de uma agenda de adaptação do capitalismo local aos novos imperativos globais de preservação do meio-ambiente. Ou seja, pretende-se inserir o país na vanguarda do movimento de criação das chamadas economias verdes. A ideia é buscar uma convergência entre o crescimento econômico do país – fortalecendo as instituições de sua economia de mercado – e a redução das emissões de CO², que cresceram substancialmente na última década: somente entre 2008 e 2009, as emissões aumentaram em torno de 70%, passando de 68 mil toneladas anuais para aproximadamente 119 mil toneladas por ano.

No entanto, em que pese a adoção de medidas positivas, como a meta de 20% de energia renovável em 2020, o plano segue reconhecendo a necessidade urgente de aumentar a produção energética chilena, de maneira a atender a expansão esperada para a economia nesse período. Este sentido de urgência, já presente nas declarações do primeiro

escalão do governo Piñera, resulta em contradições evidentes entre a agenda energética e a ambiental.

Dois grandes projetos energéticos foram trazidos para o centro dos debates políticos durante a gestão do presidente Piñera – a Central de Castilla e as usinas do projeto Hidroaysen. Estes projetos foram responsáveis por colocar em lados opostos ambientalistas e o poder executivo. O primeiro consiste numa iniciativa do grupo de propriedade do empresário brasileiro Eike Batista, que pretende construir a maior central termoeletrica da América do Sul na região de Castilla, no norte do Chile. O empreendimento teria um custo aproximado de US\$ 4,4 bilhões e uma capacidade de MW 2.100 à base de carvão. Contudo, tanto organizações locais quanto internacionais, como o Greenpeace, afirmam que o projeto seria desastroso sob vários aspectos. Em primeiro lugar, por transformar o frágil ecossistema do deserto chileno e, em segundo, por elevar a dependência de combustíveis fósseis e emissões de CO². Apesar de ter as licenças ambientais já garantidas, o projeto de Castilla ainda enfrenta processos na justiça chilena e corre risco de ser paralisado.

Caso semelhante é o do conjunto de usinas hidroelétricas previsto para a região de Aysén, na patagônia. Ainda que se trate de um modelo de

geração de energia considerado limpo, diversos grupos se mobilizaram contra o projeto, alegando que o mesmo traria enormes danos ao ecossistema da região e às populações que vivem no entorno. O movimento Patagônia Sem Represas foi o responsável pela mobilização de diversos outros grupos ambientalistas na luta contra o projeto, que também corre risco de não ir adiante. Estes movimentos foram reprimidos com violência pelo governo, mas a insegurança dos investidores privados no projeto ainda ameaça a sua execução.

Nesse cenário contraditório, de busca pelo fortalecimento da economia de mercado em associação com a adoção de uma agenda ambiental, o governo chileno chegou à Rio+20, representado pelo presidente Sebastian Piñera, pelo chanceler Alfredo Moreno e pela ministra do Meio Ambiente, Maria Ignácia Benítez. A delegação chilena se colocou em conformidade com o documento apresentado no encerramento das discussões e se posicionou, a todo o momento, de maneira favorável ao fortalecimento do paradigma do desenvolvimento sustentável, entendido como incentivo para a construção de economias verdes.

A ministra Benítez presidiu o Fórum de Ministros de Meio Ambiente da Rio+20, instância que contou com a

participação dos titulares de mais de 90 países. A ministra destacou a necessidade de reafirmar os princípios presentes na primeira conferência realizada no Rio de Janeiro, em 1992, bem como defendeu a definição de linhas gerais que norteassem a formulação das legislações ambientais de cada país. A ministra defendeu também a necessidade de se associar a preservação do meio-ambiente com a luta pelo desenvolvimento e contra a pobreza, ressaltando o décimo princípio da Eco 92 – que diz respeito ao acesso à informação e participação na justiça ambiental – como um dos mais importantes.

Por fim, Benítez deu destaque especial ao debate sobre etiquetas ecológicas, através das quais os consumidores podem conhecer o perfil dos produtos que consomem, garantindo preferência aos mais responsáveis ambientalmente. Segundo a ministra, esta é uma iniciativa que pode agregar valor às marcas e oferecer aos cidadãos um mecanismo para contribuir na luta contra as mudanças climáticas, além de constituir uma ferramenta interessante para as relações comerciais entre os países.

Como se nota, a participação do Chile na Rio+20 é condizente com o modelo problemático e contraditório de política ambiental que o país tem adotado. Enquanto, por um lado,

busca atuar de maneira a reduzir indicadores e aumentar a participação de processos produtivos considerados limpos em sua matriz econômica, por outro, o país se vê obrigado a reforçar um modelo de produção de energia que se mostrou altamente prejudicial ao meio-ambiente. Se as soluções destas contradições poderão se dar dentro do atual paradigma é algo que só poderemos responder mais a frente.

Outras fontes

Observatório Político Sul Americano. Banco de eventos. Disponível em: www.opsa.com.br

Colômbia

Os objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Tiago Sales
Pesquisador OPISA

Apesar das dificuldades em se conseguir atingir um consenso durante as discussões na Cúpula Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu no Rio de Janeiro entre os dias 20 e 22 de junho, houve alguns avanços importantes.

O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, e o ministro de Meio Ambiente do país, Frank Pearl, representaram o país na Conferência, que ainda contou com a participação de outros membros do governo, bem como de representantes da sociedade civil.

As propostas colombianas – elaboradas em conjunto com Peru e Emirados Árabes Unidos – foram sintetizadas no documento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Alinhados com as bases acordadas na Agenda 21, no Princípio do Rio, de responsabilidades comuns, porém diferenciadas, bem como no Plano de Implementação de Johannesburgo, os ODS procuram estabelecer uma série de objetivos voluntários, de extensão global e aplicação universal, organizados por áreas temáticas, com prazos, metas quantitativas e um conjunto de indicadores que ajudem a equilibrar três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental.

Os ODS têm como meta fundamental a erradicação da miséria, por meio de uma série de ações em algumas áreas-chave.

A primeira destas áreas é a de segurança alimentar. Neste ponto deveriam ser discutidas a redução do desperdício de alimentos, aumento da

produtividade agrícola e melhor distribuição dos alimentos entre as regiões mundiais.

Outra área é a gestão dos recursos hídricos, com o incremento do acesso a água potável, universalização de saneamento básico e a diminuição dos riscos de saúde relacionados a gestão da água.

Uma terceira área de ação proposta nos ODS é a de energia. Neste quesito, a proposta colombiana busca assegurar o acesso a serviços básicos de energia para toda população, melhorar a eficiência energética e incrementar a porcentagem de energias renováveis na matriz energética global.

Já a quarta área refere-se a cidades e residências sustentáveis, na qual são propostas a melhoria na qualidade de vida (água, energia, transporte e qualidade do ar) aumento da eficiência no uso dos recursos naturais nas cidades e nos sistemas urbanos e melhor planejamento das cidades.

Por fim, a quinta área é a de oceanos saudáveis e produtivos, com a criação de reservas globais de recursos de pesca, de maneira sustentável e produtiva, redução da contaminação marinha gerada por fontes terrestres, e a proteção e manejo sustentável de ecossistemas marinhos e costeiros.

Diante dessa nova proposta, surgiram críticas de que os ODS buscam substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A esse respeito, o presidente Santos foi enfático ao afirmar que, apesar de ambos terem como finalidade a erradicação da pobreza, os ODS e os ODM não são substitutos, mas complementares. O mandatário destacou ainda que todas as áreas-chave de sua proposta estão alinhadas com os ODM, e que os ODS podem ajudar a atingir os ODM.

Ao final da Rio+20, ficou acordado entre os participantes da Conferência a criação de um grupo de 30 analistas para a discussão das metas do ODS, com o prazo até 2014 para a elaboração de um relatório final. Segundo Frank Pearl, o fato de a proposta colombiana ter sido um dos poucos pontos de consenso entre os participantes faz com que os ODS sejam considerados o maior êxito da diplomacia colombiana em matéria de política ambiental.

O presidente colombiano também se mostrou satisfeito com o resultado da Conferência. Destacou que o documento final e a criação de grupos de trabalho superaram as expectativas de seu país. Santos ressaltou também que entende a frustração daqueles que esperavam resultados mais tangíveis, mas que

compreende as dificuldades de negociação em fóruns multilaterais.

Após os comentar os avanços obtidos na Conferência, Santos convocou os presidentes dos países-membros da Unasul para uma reunião extraordinária para tratar do processo de impeachment do presidente do Paraguai, Fernando Lugo.

Fontes

Observatório Político Sul Americano. Banco de eventos. Disponível em: www.opsa.com.br

Equador

Iniciativas, estratégias e o acordo final.

Pedro Archer Nogueira
Pesquisador OPISA

O Bem-Viver, os direitos da natureza, uma nova ordem econômica internacional e o desenvolvimento sustentável. Estes foram os quatro conceitos-chave articulados pela delegação do Equador na a Rio+20. A partir disso, o país exerceu uma importante atuação durante os três dias do evento. Como o tema do Meio Ambiente é tratado no Equador? Como este país atuou na Rio+20?

O Meio-Ambiente no Equador

O tratamento equatoriano concedido ao meio-ambiente é semelhante do defendido na Bolívia. Ambos os países, embora sem declarar uma posição comum, criticam um modelo de desenvolvimento capitalista e “propõem uma mudança de paradigmas mediante a adoção de uma abordagem baseada nos conceitos de Bem-Viver, direitos da natureza e biocentrismo”⁸.

Quanto ao plano regional, o governo do Equador defende a introdução de acordos e medidas a respeito da promoção do desenvolvimento sustentável em blocos e organismos regionais como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e o Banco do Sul⁹.

A Constituição equatoriana versa frequentemente sobre questões relacionadas ao meio ambiente. Os artigos 14 e 15 declaram que a preservação do meio ambiente é considerada um interesse público nacional e deve ser promovida por todas as entidades públicas e

⁸ Ver: FLORES, Fidel P.; KFURI, Regina. Os governos sul-americanos frente ao tema ambiental: iniciativas e articulações regionais rumo à conferência Rio+20. Observador Online, v.6, n.07, jul. 2011, p. 31. Disponível em: <http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_6_n_7_2011.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

⁹ Ibidem, p. 35.

privadas, além de proibirem o uso de tecnologias que representem uma ameaça ao ecossistema ou à segurança alimentar. O capítulo sétimo do mesmo documento prevê, ainda, a vigência nacional dos direitos da natureza, estabelecendo, dentre outras obrigações, a proibição da apropriação de serviços ambientais.

Nesse sentido, o presidente do Equador, Rafael Correa, levou à Rio+20 os quatro supracitados pilares como elementos da visão equatoriana para a Rio+20: o Bem-Viver como uma alternativa de desenvolvimento; a reforma da ordem econômico-financeira internacional; o desenvolvimento sustentável; e a assinatura de uma Declaração Universal dos Direitos da Natureza.

Além disso, de acordo com a ministra equatoriana, coordenadora do Patrimônio, María Fernanda Espinosa, o país também pretendeu focar seus esforços na defesa do combate à pobreza e à desigualdade social e do aperfeiçoamento de mecanismos fiscais no âmbito da justiça ambiental.

O Equador na Rio+20

Mirando nessas metas, o Equador teve um papel de significativa importância durante os três dias de reunião da Rio+20. A delegação equatoriana, composta além de Correa e Espinosa pelos ministros e ministras do Meio Ambiente, Marcela

Aguinaga, das Relações Exteriores, Ricardo Patiño, dos Povos, Mireya Cárdenas, e de Planejamento e Desenvolvimento, Fander Falconí, apresentou projetos que ganharam destaque no evento.

A principal proposta apresentada pelo país na conferência foi a Iniciativa Yasuní-ITT. Este projeto prevê que três reservas petrolíferas¹⁰ na área do Parque Yasuní, localizado na Floresta Amazônica e equivalente a cerca de 20% das reservas totais do país, não sejam exploradas em troca de investimentos por parte da comunidade internacional. Este capital, por sua vez, seria revertido para projetos de preservação da biodiversidade, promoção do desenvolvimento social, redução da emissão de gases relacionados ao efeito estufa e defesa dos povos indígenas em isolamento voluntário na região. O objetivo desse projeto é eliminar a emissão de 407 milhões de toneladas métricas de dióxido de carbono – o equivalente ao que o Brasil emite. O plano do país é atingir o patamar de US\$ 3,6 bilhões em compensações recebidas até 2023 por meio de aportes anuais de US\$ 291 milhões.

Em 20 de junho, Correa expôs tal iniciativa em um painel do evento defendendo que, no que se refere à

¹⁰ As três referidas reservas petrolíferas são Ishpingo, Tambococha e Tiputini, que formam a abreviação ITT.

luta contra mudanças climáticas e o aquecimento global, esta fora a proposta mais concreta apresentada na história da humanidade. A administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Helen Clark, classificou o modelo de inovador, destacando o grande sacrifício econômico¹¹ por parte de um país em desenvolvimento. No final da apresentação, Correa conseguiu assinar um acordo com o vice-presidente da região federativa belga Valônia, Jean-Marc Nollet, que se comprometeu a contribuir com cerca de US\$ 1,5 milhão.

Durante todo o evento, além disso, a Yasuni-ITT foi também apresentada em um estande no qual foram exibidos sons e paisagens dessa região para demonstrar a importância da mesma para o mundo. No entanto, o país não conseguiu nenhum outro financiamento.

A Rio+20 no Equador

Apesar da importante atuação equatoriana, ao final da conferência Correa classificou a mesma como um fracasso. De acordo com o presidente, o Equador foi um dos países que apresentaram mais iniciativas, entretanto o documento final assinado

era demasiadamente abstrato e, portanto, nenhum compromisso concreto foi alcançado na direção de um futuro mais sustentável.

Espinosa, por sua vez, afirmou que o Equador ficou severamente decepcionado com a conferência uma vez que, segundo ela, o documento final não cumpriu com as expectativas criadas. Apesar disso, a ministra reconheceu alguns pontos positivos no documento, como a inclusão da natureza como sujeito de direitos e do papel da cultura como fator de desenvolvimento e da ênfase no combate à pobreza e à desigualdade.

Paraguai

“No meio do caminho tinha
uma pedra”¹²

Gabrieli Gaio
Pesquisadora OPSA

A política do Paraguai para o meio ambiente é centrada no conceito de desenvolvimento verde¹³, em que se trabalha com uma concepção abrangente de sustentabilidade,

¹² Expressão contida em poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado “No meio do caminho” (1928).

¹³ Ver : FLORES, Fidel Pérez; KFURI, Regina. Os governos sul-americanos frente ao tema ambiental: iniciativas e articulações regionais rumo à conferência Rio+20. Observador Online, n. 07, v. 6, jun. 2011. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_6_n_7_2011.pdf. Acesso em: 24 jul. 2012.

¹¹ Segundo Correa, a exploração do Yasuni forneceria 846 milhões de barris de petróleo ao Equador, que, com isso, poderia faturar cerca de US\$ 14 bilhões.

buscando conjugar redistribuição de riqueza e inclusão social com práticas ambientalmente sustentáveis. O país busca conciliar, desse modo, equidade social e proteção ambiental. O governo paraguaio sustenta que abordagens acerca do desenvolvimento calcadas excessivamente em uma perspectiva de mercado não são suficientes para compreender a dimensão social e ambiental de tal processo¹⁴.

No âmbito das negociações ambientais internacionais, o Paraguai é partidário do princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”, segundo o qual os países desenvolvidos devem desempenhar papel mais ativo na proteção ao meio ambiente por terem, em termos históricos, mais contribuído para sua degradação¹⁵. Em contrapartida, os países em desenvolvimento devem, de acordo com a perspectiva paraguaia, adotar padrões de desenvolvimento diferentes daqueles seguidos pelos

países desenvolvidos, de modo a priorizar a sustentabilidade¹⁶.

O Paraguai confere, ainda, atenção especial ao tema da segurança alimentar no âmbito do desenvolvimento sustentável. O país afirma que os Estados devem ser responsáveis por assegurar a soberania alimentar de suas populações por meio da garantia ao acesso à terra para produção, proteção da agricultura familiar, estabilização dos preços internacionais das commodities alimentares, entre outros¹⁷.

O governo paraguaio ressalta, por fim, que o desenvolvimento verde deve ser alcançado mediante uma parceria global, lançando mão de diversos mecanismos cooperativos, como a cooperação triangular, a cooperação Sul-Sul e também Norte-Sul¹⁸.

A pedra no meio do caminho...

A participação do Paraguai, entretanto, não se mostrou muito ativa na conferência Rio+20, tendo em vista a instabilidade política do país. O ex-presidente Fernando Lugo cancelou sua presença na Rio+20

¹⁴ Ver: Propuesta Preliminar del Estado Paraguayo para la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible Rio+20. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=510&nr=429&menu=20>. Acesso em: 24 jul. 2012.

¹⁵ Ver : FLORES, Fidel Pérez; KFURI, Regina. Os governos sul-americanos frente ao tema ambiental: iniciativas e articulações regionais rumo à conferência Rio+20. Observador Online, n. 07, v. 6, jun. 2011. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_6_n_7_2011.pdf. Acesso em: 24 jul. 2012.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ver: Propuesta Preliminar del Estado Paraguayo para la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Desarrollo Sostenible Rio+20. Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?page=view&type=510&nr=429&menu=20>. Acesso em: 24 jul. 2012.

¹⁸ Ibidem.

devido à crise política doméstica sob a qual se encontrava o Paraguai e que culminaria em seu impeachment.¹⁹ Esta foi a primeira vez em que Lugo cancelou uma viagem internacional devido a questões internas.

Em 22 de junho de 2012, Lugo foi destituído de seu cargo mediante julgamento político promovido pelo Congresso paraguaio. A Câmara dos Deputados abriu o processo de juízo político contra Lugo em 21/06, com base em ampla maioria: 76 votos a favor do afastamento do presidente e apenas um voto contra. O Senado, por sua vez, corroborou a acusação dos deputados e, em 22/06, destituiu Lugo da presidência paraguaia também com base em grande maioria: 39 votos a favor da condenação e somente quatro favoráveis à absolvição do ex-presidente. Ainda no mesmo dia, 22/06, assumiu a presidência do Paraguai o vice-presidente, Frederico Franco, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA).

A crise política fora iniciada em 15/06, após um confronto armado entre a Polícia e o movimento sem-terra no distrito de Curuguaty, em que

morreram cerca de dezessete pessoas, entre policiais e camponeses sem-terra. Desde então, Lugo vinha sofrendo pressões, sobretudo por parte da Aliança Nacional Republicana (ANR), com o objetivo de destituir diversos membros do governo ligados ao evento. A situação de instabilidade política resultaria no rápido impeachment do ex-presidente, entre os dias 21 e 22 de junho de 2012, ocasionando afastamento do Paraguai com relação aos temas ambientais discutidos durante a Rio+20.

Embora tendo acatado o desfecho do juízo político, o ex-presidente Lugo e sua defesa manifestaram insatisfação mediante a inusitada rapidez do processo, sobretudo no que concerne ao pouco tempo disponível para a preparação dos argumentos contra o afastamento do ex-presidente, que qualificou o ocorrido como um “golpe de estado expresso”. Países vizinhos, como Argentina, Equador, Venezuela, Bolívia, entre outros, também não se mostraram satisfeitos com a condução do julgamento e não reconheceram o novo governo, caracterizando a destituição de Lugo como um golpe de estado. O Brasil caracterizou o processo como um “rito sumário”, manifestando também sua contrariedade à situação paraguaia. Em 29/06, durante a Cúpula de presidentes do Mercosul, Argentina, Brasil e Uruguai decidiram suspender o Paraguai do bloco até as eleições

¹⁹ Para uma análise mais profunda acerca do impeachment de Lugo e suas implicações para o cenário paraguaio, ver: LIMA, M. R. S.; GAIO, Gabrieli; COELHO, André Luiz. Dossiê Paraguai. Observador On-line, v.7, n.6, jun. 2012. Disponível em: http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_06_2012.pdf. Acesso em: 29 jun. 2012.

gerais do país, a serem realizadas em 2013.

O povo paraguaio, por sua vez, também demonstrou aversão ao juízo político de Lugo, e diversas manifestações contra seu afastamento foram observadas em diferentes regiões do país durante o julgamento. Após o desfecho contrário ao ex-presidente, manifestantes que aguardavam em frente à sede do Congresso e clamavam pela ilegitimidade das ações conduzidas pelo Legislativo paraguaio entraram em choque com a Polícia paraguaia, demonstrando a instabilidade política produzida no país após o afastamento de Lugo.

A presidência do Paraguai foi assumida, logo após a destituição de Lugo, em 22/06, pelo vice-presidente, Frederico Franco, do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), sob fortes pressões externas e internas.

Peru

O governo Humala e a agenda ambiental: um novo paradigma?

Beatriz Carvalho
Pesquisadora OPSA

O Peru possui um grande desafio com relação ao meio ambiente. Durante as últimas décadas, o grande volume de

investimentos para a construção de projetos, principalmente nas áreas de extração mineral e geração de energia, tem gerado descontentamento entre as populações locais, que reclamam da poluição gerada por essas empresas. Dessa forma, o governo é obrigado a tentar conciliar as demandas populares, que pedem pelo cancelamento da construção desses projetos, com a dependência dos investimentos estrangeiros e da exportação de minerais para manter o alto nível de crescimento econômico.

No Peru, o Ministério do Meio Ambiente foi criado em 2008, durante o governo Alan García, como um compromisso do governo peruano para a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os EUA [Ver: Peru, 13/05/2008]. Segundo o professor da Faculdade da Universidade Nacional Agrária de Lima Marc Dourojeanni, os primeiros anos do Ministério do Meio Ambiente foram muito proveitosos. A pasta conseguiu se organizar e quadruplicar os investimentos em preservação ambiental, além de ter iniciado a aplicação de ideias como a de capacitação indígena para manejar e conservar as florestas. O Ministério também concretizou o estabelecimento e funcionamento do Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental (OEFA), buscando alcançar funções que antes eram realizadas

pelos mesmos ministérios que promoviam as obras e a exploração dos recursos, como o de Energia e Mineração.

Mesmo com os avanços nos últimos anos, o meio ambiente tem sido uma fonte constante de conflitos sociais desde os governos de Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan García (2006-2011). Segundo a Defensoria Pública do Peru, dos 152 conflitos sociais ativos no país no mês de fevereiro de 2012, 109 tinham causas socioambientais. Desses, a maioria dos casos envolve empresas de mineração.

Durante a eleição e em seu discurso de posse, Humala afirmou que respeitaria incondicionalmente a vontade das populações locais, mas até o momento nenhum projeto foi cancelado devido à demanda popular. O presidente tem se esforçado em negociar para que as empresas se instalem, mas ao mesmo tempo se comprometam com certas regras de preservação para que o impacto ambiental seja o menor possível. Devido a essa postura conciliatória do atual governo peruano, muitos grupos locais têm se mostrado insatisfeitos com essa gestão e acusam Humala de romper suas promessas.

Nos encontros preparatórios para a Rio+20, a delegação peruana preferiu centrar-se em expor as linhas gerais

das políticas do novo governo em relação aos temas do desenvolvimento sustentável, em detrimento de desenvolver uma posição específica no debate. O Peru aceita que a iniciativa privada deve ser apoiada por regulações estatais e políticas de incentivo do uso de métodos limpos de produção, regulando as atividades poluentes e premiando atividades econômicas eficientes do ponto de vista ambiental. O país também vem propondo o fortalecimento das capacidades institucionais do PNUMA e o estabelecimento de mecanismos realistas e efetivos para possibilitar a transferência de tecnologias sustentáveis para os países em desenvolvimento; a criação e o fortalecimento de capacidades nesses países e a transferência de novos recursos financeiros e adicionais para cumprir com essas metas (FLORES e KFURI, 2012).

O Peru advoga a substituição do modo econômico atual pela economia verde, proposta dentro do âmbito do PNUMA. Esse modelo propõe usar de forma eficiente os recursos, diminuindo as emissões de gás, os desperdícios e ainda permitindo o crescimento da produção e da redução da pobreza, alcançando assim, um desenvolvimento sustentável.

Outra peça importante para o Peru é a questão do ordenamento territorial,

que é um dos principais fatores que vem contribuindo para a degradação e os conflitos sociais. O governo planeja investir na definição das regras de acesso e uso dos recursos naturais disponíveis para um melhor aproveitamento dos recursos.

Nesse contexto, o presidente Ollanta Humala viajou ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Rio+20, acompanhado do chanceler Rafael Roncagliolo e do ministro do Meio Ambiente, Manuel Pulgar Vidal. A comitiva peruana contou com 81 pessoas, entre membros do governo, entidades privadas e ONGs.

Durante seu discurso, o presidente peruano ratificou seu compromisso de incorporar uma “dimensão ambiental” em todas as políticas aplicadas pelo seu governo, buscando incluir a inclusão social e sustentabilidade do meio ambiente em todas as ações do seu governo. Segundo ele, a valiosa diversidade peruana será conservada e usada de maneira sustentável incorporando adequadamente os desafios das mudanças climáticas globais.

Humala anunciou medidas de modernização e fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente e melhora dos padrões de qualidade ambiental. O mandatário afirmou que seu governo estabelecerá uma nova

relação com as atividades extrativas, em especial a mineração, que deverá levar em conta questões ambientais e sociais de inclusão e sustentabilidade. O presidente peruano também assegurou que seu governo desenvolverá capacidades para a melhora da gestão ambiental nacional e que fomentará a participação popular para a vigilância da mesma.

A posição peruana foi de respaldo a aprovação do documento final da Rio +20, denominado “O futuro que queremos”. Como conclusão do encontro, o Peru também afirmou que segue fazendo um esforço de adoção dos compromissos acordados desde a reunião Rio-92 e que é necessário que os países assumam as suas responsabilidades em respeito a uma agenda ambiental ampla e complexa, de modo impulsionar o desenvolvimento sustentável.

O Peru liderou a criação do Pavilhão Mountain, que apresentou mecanismos de preservação de áreas montanhosas. Segundo declaração de Humala, os países com montanhas serão os primeiros a sofrer efetivamente os problemas das mudanças climáticas, por isso a importância de discutir opções e alternativas para a conservação das montanhas e o desenvolvimento sustentável nessas regiões.

Uruguai

Uruguai: Mujica critica sociedade de consumo e desperdício

Guilherme Simões Reis
Pesquisador OPISA

A posição que o Uruguai planejava defender na Cúpula Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho, era a da responsabilização desigual dos países em diferentes níveis de desenvolvimento pela situação climática e do meio ambiente, garantindo-se o princípio das “responsabilidades comuns, mas diferenciadas”.

Em seu pronunciamento, no entanto, o presidente uruguaio, José “Pepe” Mujica, da coalizão de esquerda Frente Ampla, foi ainda mais longe, condenando frontalmente o hiperconsumismo, que faz com que os objetos tenham curta duração e com que haja o desperdício. Segundo ele, é necessário perceber que a crise da água e a agressão ao meio ambiente passam pela sociedade de consumo e pelo modo de vida em que se sente a necessidade de se ter sempre mais e mais.

De acordo com Mujica, a crise não é ecológica, mas política, e é preciso

“lutar com outra cultura, que não seja governada pelo mercado”. O presidente uruguaio criticou que os líderes tenham passado toda a tarde falando de desenvolvimento sustentável e de tirar as massas da pobreza, mas fizeram isso tendo em mente o modelo de desenvolvimento e consumo das atuais sociedades ricas. Ele observou que o mundo não tem os elementos materiais para que sete ou oito bilhões de pessoas vivam com o padrão de desperdício das sociedades ocidentais, e exemplificou: “se todas as famílias indianas tivessem carros, quanto oxigênio sobraria no mundo para se poder respirar?”

Mujica tocou em um ponto que talvez apenas aquele presidente considerado como o mais pobre do mundo teria autoridade para levantar. Ele, que tem como únicos patrimônios um pequeno sítio em Rincón del Cerro, nos arredores de Montevideu, e um Fusca azul modelo 1987, declarou que o primeiro elemento do meio ambiente é a felicidade humana e que a vida é curta demais para que se viva para consumir. Criticou ainda não ser possível existir solidariedade em economias que competem implacavelmente.

Segundo Mujica, criamos uma sociedade voltada para o desenvolvimento da economia de mercado, que por sua vez criou as

sociedades de mercado, culminando na globalização, “sistema que atualmente governa toda a humanidade”. Ele opinou que as forças que os homens criaram os governam atualmente e que, quando a sociedade de consumo se tornou o motor da economia, foi gerado o hiperconsumismo para que o sistema pudesse se perpetuar. O recado final de Mujica remeteu à necessidade de que o desenvolvimento ocorresse “a favor das relações humanas e de ter amigos e de cuidar dos filhos, porque esse é o tesouro”.

Responsabilidades comuns, mas diferenciadas

Um documento do Ministério das Relações Exteriores, divulgado pelo jornal El País (22/05/2012), sobre o que Mujica pretendia expor no evento indica que se por um lado há a mensagem de que “a crítica situação do meio ambiente global é inquestionável e o momento de atuar é agora”, por outro o líder uruguaio refutará a ideia de que a “economia verde”, conceito impulsionado principalmente pelos países desenvolvidos e pelo próprio Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), seja um fim em si mesmo.

Se por um lado essa posição é mais moderada do que a dos países da ALBA, especialmente Venezuela e

Bolívia, que rejeitam veementemente a aplicação de um conceito econômico à natureza, por outro lado o governo do Uruguai chama a atenção para o fato de que ela não é nem mais nem menos do que uma “ferramenta” para alcançar o desenvolvimento sustentável.

O Uruguai enfatiza a necessidade de haver transferência de conhecimento dos países desenvolvidos, pois os países em desenvolvimento não podem arcar com os custos de desenvolver novas tecnologias mais limpas, o que afetaria de modo extremo a sua competitividade nos mercados internacionais, enquanto que os desenvolvidos alcançaram seu atual status produtivo e econômico degradando o meio ambiente. De acordo com essa argumentação, a implementação do conceito de economia verde deve necessariamente vir acompanhada de compromissos em relação à cooperação internacional, tanto em termos de transferência tecnológica como de financiamento e capacitação.

O referido documento com o conteúdo da exposição de Mujica na Rio+20 chama a atenção para a necessidade de soluções inovadoras que, além da proteção dos “recursos naturais que sustentam a vida no planeta”, conjuguem crescimento e criação de empregos. Dentro de uma perspectiva desenvolvimentista de esquerda, que

rejeita um ambientalismo conservador destituído de preocupação socioeconômica, é que se chamaria a atenção para a “crítica situação da economia global e os desafios de desenvolvimento e pobreza”.

Situação ambiental crítica no Uruguai

O governo uruguaio tem mais a comemorar em relação a seus feitos no combate à pobreza do que em relação à questão ambiental. Um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classificou o Uruguai como o terceiro país da América Latina com maior índice de desenvolvimento humano em 2011, posicionando-se atrás apenas da Argentina e do Chile (os três estão, respectivamente, em 44º, 45º e 48º no ranking mundial e o Uruguai subiu quatro posições em relação a 2010). O bom resultado se deve à redução da pobreza, da indigência e do desemprego. Entretanto, conforme observou Ana Agostino, a autora do documento, o país continua com um grave problema de segmentação territorial e de manutenção das desigualdades. Em um material complementar ao relatório se observa que, se o índice é ajustado incorporando-se a questão da desigualdade, o Uruguai cai sete posições na classificação mundial.

Agostino opinou, entretanto, que é a dimensão ambiental a mais problemática para o Uruguai, tendo maiores debilidades que as outras áreas. A especialista em questões de desenvolvimento diagnosticou um círculo vicioso, em que as populações mais vulneráveis, aquelas mais afetadas pelos efeitos nocivos sobre o meio ambiente, acabam por atuar de maneira mais negativa sobre ele para poderem enfrentar as dificuldades. O maior vilão da situação ambiental do país, no entanto, como fica explícito nas informações apresentadas pelo relatório, é o impacto gerado pela agropecuária.

A autora do relatório criticou que as políticas ambientais ainda não façam parte do discurso incorporado pelo Estado, representando em 2010 apenas 0,196% do orçamento total do país. O documento recomenda uma redução da dependência dos recursos naturais por meio de um aumento das atividades com maior valor agregado, além da adoção de processos produtivos mais associados a políticas sustentáveis.

Além disso, o relatório aponta outros indicadores negativos para o Uruguai em relação ao meio ambiente. O país é aquele com o maior percentual de espécies ameaçadas da América Latina (12%), tem a “pegada ecológica” mais alta da região (“ecological footprint”, indicador de

sustentabilidade ambiental que mede a superfície biologicamente produtiva e a quantidade de terra e água necessários para uma população produza os recursos que consome e absorva os dejetos que gera em relação à capacidade de regeneração de tais recursos), onde é também o terceiro com maior uso intensivo de fertilizantes. O Uruguai passa ainda por uma forte pressão sobre os ecossistemas costeiros em função do aumento do turismo (em 2010, a quantidade de turistas, especialmente argentinos, igualou a população, e a receita produzida pelo setor igualou à da exportação de carne) e por uma tendência de aumento das emissões per capita de dióxido de carbono (2,5 toneladas em 2008), sendo as emissões per capita dos demais gases do efeito estufa (8,1 toneladas) as mais elevadas da América Latina, principalmente devido às altas emissões de metano do setor agropecuário, que ocupa 90% do território.

O diagnóstico do relatório do PNUD é o de que: “A intensificação produtiva associada ao maior uso de agroquímicos e à maior intensidade do uso dos solos gerou diversos impactos vinculados com a erosão e sua degradação, perda de biodiversidade e alteração dos ciclos naturais dos recursos hídricos [...]. O crescimento da produção de soja [...] não necessariamente é acompanhado

por esta [o reflorestamento] ou outras práticas de conservação do solo, de modo que gera maior impacto. Os agroquímicos, por sua vez, têm um impacto negativo sobre outras produções”.

Em editorial de 21/02/2012 no periódico El País, o principal do país, que faz deliberada oposição ao governo, o jornalista Hernán Sorhuet acusou a administração Mujica, a quatro meses da Cúpula Rio+20, de tomar “algumas decisões surpreendentes” que “significam um duro golpe contra a pretensão de conduzir o país a um desenvolvimento sustentável e um claro retrocesso em matéria de conquistas históricas no terreno ambiental”. As decisões a que se refere o colunista seriam a autorização da construção de uma ponte sobre a Lagoa Garzón sem um estudo de impacto ambiental definitivo – e não recomendada por diferentes estudos independentes – e a passagem da Direção Nacional de Meio Ambiente (DINAMA) para o âmbito do Escritório de Planejamento e Orçamento. Segundo Sorhuet, o presidente não teria interesse em cumprir o marco ambiental legal vigente no Uruguai e pretendia reduzir as exigências ambientais. Desse modo, sua intenção seria a de tirar poder da DINAMA, vista pelo governo como um obstáculo, para que ela não fosse capaz de influenciar ou impedir decisões de outras

secretarias. Segundo o mesmo jornal, a demora na aprovação do projeto da ponte da Lagoa Garzón pela DINAMA, passados três anos do seu anúncio pelo governo, teria sido um dos motivos centrais para a destituição da ministra de Moradia, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente, Graciela Muslera (El País, 02/06/2012).

Apesar da ambigüidade, a delegação uruguaia, liderada por Mujica e pelo ministro das Relações Exteriores, Luis Almagro, foi à Cúpula Rio+20 com o discurso de que, para ser possível o desenvolvimento sustentável, é imprescindível que mudem urgentemente os padrões de consumo e produção por outros mais limpos e de baixo carbono, com uma transformação cultural. Em sua estratégia, esteve prevista ainda a ênfase no fortalecimento da visibilidade da agenda de químicos e dejetos e a inclusão de compromissos concretos em relação aos resultados finais. O único processo multilateral em curso em torno dessa pauta é o da negociação em relação ao mercúrio, a ser tratado dias depois da Rio+20. Fazia parte do planejamento do Uruguai insistir na inclusão, no documento final da Cúpula, do reconhecimento do trabalho e dos avanços desse comitê negociador.

Venezuela

Anticapitalismo e o desenvolvimento verde social.

Fidel Pérez Flores
Pesquisador OPISA

A participação do governo da Venezuela na Conferência Rio + 20 esteve pautada pela denúncia do modelo econômico capitalista como o principal responsável da catástrofe ambiental e a pobreza, dois dos temas chave de um evento que tinha por objetivo a discussão sobre os desafios atuais em torno do desenvolvimento sustentável no contexto da economia verde e a necessidade de erradicar a pobreza. Essa posição já vinha sendo compartilhada com os governos de países que fazem parte da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba), como Cuba, Bolívia e Equador. A delegação venezuelana comemorou que na declaração final se impusesse uma concepção social da economia verde oposta ao esquema neocolonialista de mercantilização da natureza projetado inicialmente pelos países industrializados. Entretanto, durante a Rio + 20 também se ouviram denúncias contra o governo venezuelano por vetar, junto a países industrializados, iniciativas para a proteção dos oceanos e a eliminação

dos subsídios aos combustíveis fósseis.

Já nas reuniões preparatórias para a conferência o governo da Venezuela rejeitava o conceito de economia verde por considerá-lo apenas uma forma de esverdear o capitalismo, transformando a natureza em uma mercadoria passível de mensuração, valorização, aproveitamento e comércio sob um modelo mercantilista que descarta os objetivos da sustentabilidade. O desafio era então o de barrar as pretensões de usar a Rio + 20 para transformar a natureza em um ativo econômico que poderia ajudar a recuperação do modelo capitalista em crise. Esse objetivo teria sido atingido, pela articulação dos países da Alba, o G-77 e a China, ao ser reconhecido nas formulações finais da cúpula o direito das nações a adotar de forma soberana um modelo próprio de desenvolvimento. Dessa maneira, os países não são obrigados a adotar padrões globais de conduta verde e desenvolvimento limpo, como seria o caso, por exemplo, da aceitação de um mercado internacional de bônus de carbono. A Venezuela não participa desse sistema por considerar que sua utilização pelos países industrializados termina por se tornar uma fraude que permite manter, ou até aumentar, suas emissões poluentes e inverter o princípio de impor custos àqueles que contaminam por outro que permite

contaminar aos que estão dispostos a pagar. A delegação venezuelana, que não contou com a presença do presidente Hugo Chávez por ele estar se recuperando de um tratamento contra o câncer, foi explícita quanto à denúncia dessa perversidade das soluções do capitalismo verde.

Quanto ao financiamento para as iniciativas de preservação ambiental e desenvolvimento, a representação venezuelana assinalou que os países ricos do norte barraram uma proposta para constituir um fundo de US\$30 bilhões para apoiar iniciativas nos países em desenvolvimento. Citando como exemplo o gasto em defesa dos EUA em 2009 (US\$700 bilhões), Claudia Salerno Caldera, representante da Venezuela, apontou para a hipocrisia dos governantes desses países que preferem destinar grandes quantidades de recursos para a guerra antes do que contribuir para os esforços de salvamento da humanidade. As estratégias de alentar o consumo como forma de reativar as economias nacionais em momentos de crise também foi duramente criticada no discurso de Salerno ao salientar em um planeta com recursos finitos não é possível mandar as pessoas gastarem mais quando o necessário é a racionalização do consumo e a modificação dos estilos de vida para formas mais sustentáveis. Para a crise ambiental atual, o governo da Venezuela e seus

aliados da Alba enfatizaram que a solução não pode enveredar por um modelo de internalização de custos, que só contribui para que os países ricos possam continuar com padrões insustentáveis de consumo e produção.

As delegações da Venezuela e da Bolívia defenderam durante o encontro no Rio de Janeiro o conceito de desenvolvimento verde social que opõe às principais propostas da economia verde a ideia do respeito à Mãe Terra e seus direitos, elementos chave da concepção de Bom Viver defendida principalmente pelos governos do Equador e da Bolívia. A adesão a essa perspectiva complementa o que na Venezuela já era definido como ecosocialismo, que propõe a interação dos agentes econômicos para transformar a lógica capitalista na direção de uma produtividade com sentido social, onde responsabilidades ambientais são assumidas pelo Estado e pela sociedade. Nessa concepção trata-se de impedir que o setor privado ou seus monopólios sejam os que determinem o que verde e o que não é. Em matéria de inclusão social, que é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável, o governo da Venezuela expõe que desde que o presidente Hugo Chávez chegou à Presidência mais de 13 anos atrás os cidadãos desse país se beneficiam de políticas públicas em

matéria de saúde, educação, gênero, proteção da infância, trabalho digno, migrações e segurança alimentar que colocam o país numa posição de vanguarda rumo ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A participação da Venezuela na conferência Rio + 20 não ficou isenta de denúncias da parte de organizações ambientalistas como Greenpeace, que qualificou de aliança pecaminosa a posição comum de um grupo de países que se opuseram a assinatura de um tratado para proteger as águas oceânicas em alto mar. Dentre os países que se recusaram a negociar o tratado estavam a Venezuela, os Estados Unidos, Rússia e Canadá. Outro ponto pelo qual a posição venezuelana foi criticada tem relação com sua rejeição à inclusão na declaração final da conferência de um compromisso e um prazo para a redução dos subsídios aos combustíveis fósseis. Os que apoiam essa medida se baseiam em cálculos da Agência Internacional de Energia que apontam que a eliminação desses subsídios reduziria a demanda anual global de energia em 5% e a emissão de gases de carbono em 6%. O governo venezuelano deixou clara sua rejeição às abordagens que qualificam o uso de combustíveis fósseis unicamente como um problema, pois entende que o petróleo deveria ser reconhecido

como uma importante fonte segura de energia para muitos países em desenvolvimento, com alguns dos quais inclusive a Venezuela mantém esquemas de fornecimento em condições preferenciais. Além disso, o modelo petrolífero venezuelano, argumentam as autoridades do país, obedece também a uma estratégia ecossocialista, pois está comprometido com a minimização dos impactos socioambientais e promove a sustentabilidade dos distintos processos em que opera a estatal Petróleos de Venezuela (Pdvsa).

Na discussão sobre a geração de energias limpas os representantes venezuelanos insistiram em que, sendo o seu um país petrolífero, 70% de sua demanda energética é gerada por uma matriz hidrelétrica. Entretanto, chama a atenção também que o bloqueio ao compromisso de reduzir os subsídios aos combustíveis fósseis conviva com uma notável ausência de um debate interno sobre a manutenção no mercado local do preço de gasolina mais barato do mundo. Essa política não só inibe a proliferação de fontes alternativas de energia como também se traduz em um forte incentivo ao uso do automóvel e outras modalidades de transporte individual motorizado como opção privilegiada para a mobilidade nas principais cidades do país, com sua cauda de consequências negativas em termos de poluição, fortalecimento

de padrões de consumo similares aos que se querem combater e o deterioro crescente do espaço urbano pela expansão da infraestrutura rodoviária dentro dos centros urbanos.

Diferentemente do ocorrido na conferência sobre desenvolvimento sustentável realizada no Rio de Janeiro vinte anos atrás, as delegações de governos latino-americanos incluíram vozes que falaram mais alto para denunciar o contrassenso de manter padrões de desenvolvimento, produção e consumo incompatíveis com a sustentabilidade ambiental e o combate às desigualdades sociais. A Venezuela e seus parceiros da Alba tiveram um papel destacado nessa denúncia. Entretanto, a simples proclamação de um modelo socialista ou ecossocialista não basta para mostrar que as denúncias nos fóruns internacionais são coerentes com práticas no plano doméstico que contribuam a desmontar a lógica da expansão econômica com custos ambientais insustentáveis.

Iniciativa Privada

Os empresários e a Rio+20

Carlos Pinho

Professor de Ciência Política
(DCP/IFCS/UFRJ)

Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), o Secretário Geral das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, declarou: “mais de mil líderes empresariais irão transmitir uma mensagem comum: ‘business as usual’ não funciona mais”. Em sua maioria, esses empresários fazem parte do Pacto Global da ONU, um movimento crescente do setor privado que concebe a “responsabilidade corporativa” do século XXI como “sustentabilidade corporativa”. Podem ser elencados como exemplos desta articulação a empresa Nike, que iniciou um programa denominado “Mata no Peito”, que ajuda a proteger os ecossistemas florestais brasileiros; a Unilever, cuja fonte de todas as suas matérias-primas será proveniente de fontes sustentáveis até 2020; e a Microsoft, que anunciou que neutralizará suas emissões de carbono.²⁰ No caso do Brasil, as empresas podem ser classificadas em três categorias: (1) um pequeno grupo de executivos pioneiros que já integram a sustentabilidade em seus

empreendimentos; (2) as empresas que estão implantando mudanças em seus processos e produtos; e (3) um segmento maior de empresas que apenas começam a entender a necessidade de incorporar a sustentabilidade em seus negócios. No país, há ainda diversas multinacionais que possuem estratégias de sustentabilidade em seus países de origem, mas que, no entanto, não revertem essas estratégias para a realidade nacional.²¹

Em evento realizado no Forte de Copacabana, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a ONG Greenpeace, duas instituições que ocupam posições antitéticas nos debates sobre o meio ambiente, firmaram uma surpreendente parceria. Diante disso, Benjamin Steinbruch, vice-presidente da FIESP e presidente da Companhia Siderúrgica Nacional encomendou à ONG um estudo sobre como, efetivamente, o setor produtivo brasileiro pode contribuir para a sustentabilidade. O estudo foi aceito prontamente. Convém ressaltar que tanto a FIESP como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) já haviam produzido individualmente um relatório intitulado “A Desigualdade é

²⁰ “Um movimento global de mudança”, O Globo, 19/06/2012, p. 10.

²¹ Ver: Paulo Barros e Alice Do Valle, “Oportunidade para superar contradições”, O Globo, 18/06/2012, p. 8.

Insustentável”.²² Nele, enfatiza-se o posicionamento da indústria nacional face à Rio+20: o respeito à diversidade humana, a pertinência do princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, pois os países desenvolvidos são os principais responsáveis pelos danos ambientais infligidos ao planeta; o aproveitamento dos recursos hídricos em usinas hidrelétricas em razão do baixíssimo nível de emissão de gases do efeito estufa; a defesa do transporte coletivo de passageiros, assim como dos transportes fluvial, ferroviário e marítimo em detrimento do transporte rodoviário de cargas; a ampliação da cooperação técnica e a transferência de tecnologia para os países da África, dotados de elevado potencial de produção de alimentos; o acesso à água potável e ao tratamento de esgotos em sintonia com as metas estipuladas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU; e o combate às práticas desumanas como o trabalho forçado, infantil e escravo. Todavia, o documento carece de metas claras e de proposições efetivas sobre como realizar de forma integral e articulada esses objetivos. O presidente da (FIRJAN), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, defendeu a

privatização do saneamento básico no Brasil, ideia também referendada por Marilene Ramos, presidente do Instituto Estadual do Ambiente, vinculado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Nas palavras do mandatário da FIRJAN: “O Brasil precisa encarar essa realidade, a necessidade de privatizar a sua infra-estrutura. O Estado não tem recursos para cuidar disso, muito menos de forma sustentável. Por que não uma concessão ou privatização para que os recursos usados sejam privatizados? O Estado entraria para fiscalizar a nossa atuação”.²³

Neste mesmo evento, o empresário brasileiro, Eike Batista, proprietário do Grupo EBX e eleito um dos homens mais ricos do mundo, proferiu uma palestra em que se defendia das acusações feitas pelos movimentos sociais reunidos na Cúpula dos Povos – evento alternativo à Rio+20 – que atentavam para os grandes impactos ambientais das megaobras financiadas pelo bilionário. Segundo a explicação de Eike Batista, o Grupo EBX desenvolve 170 projetos socioambientais com investimento de R\$ 150 milhões apenas no Norte Fluminense e retira diariamente da Lagoa Rodrigo de Freitas meia tonelada de lixo, cuja metade é composta por dejetos humanos. Além disso, ele afirmou doar R\$ 20 milhões

²² Disponível em: http://www2.fiesp.com.br/wp-content/uploads/2012/06/a_desigualdade_e_in_sustentave_humanidade2012_versao_portugues.pdf.

²³ “Parceria inusitada indústria-Greepeace”, O Globo, 17/06/2012, p. 8.

anuais para o sistema de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Por fim, o empresário pediu às empresas nacionais que “coçam mais os bolsos” na direção da sustentabilidade, e que o povo brasileiro precisa se conscientizar de que suas atitudes em relação à natureza influenciam todos os demais.²⁴

Outro acontecimento relevante no tocante à agenda da iniciativa privada foi o lançamento pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável do documento “Visão Brasil 2050 – a nova agenda para as empresas²⁵”. Este projeto é produto de um esforço de 29 empresas globais associadas ao World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e da colaboração de consultores e especialistas de múltiplos setores. Fundamentadas em estudos da ONU e de outras instituições globais, as mensagens do Vision 2050 servirão como uma espécie de bússola para que empresas, governantes e gestores da sociedade civil evitem cometer os mesmos erros do passado, como insistir em tomar decisões unilaterais e com visão de curto prazo. Otimista em demasia, o documento afirma que, em 2050, aproximadamente 9 bilhões de

pessoas estarão vivendo em boas condições e dentro dos limites do planeta – com alimento suficiente, água limpa, saneamento, moradia, mobilidade, educação e saúde para gerar bem-estar. Isto será possível a partir de mudanças radicais no atual mundo nos negócios, nos padrões de consumo e por meio da articulação de parcerias com empresas, governos, instituições acadêmicas e organizações não governamentais.

Tal conselho, constituído por 70 grandes grupos nacionais, defende a criação de um roteiro para que as empresas contribuam – no prazo de 38 anos – para que o país alcance o desenvolvimento sustentável. Para a presidente do organismo, Marina Grossi, as empresas passaram por transformações substanciais nos últimos 20 anos e têm um papel pivotal no debate da sustentabilidade. Ela defende uma atuação maior das empresas nas discussões principais da ONU. Nesta mesma direção, o executivo do Grupo Votorantim, David Canassa, que também é membro do conselho, ressalta que o documento exprime os desafios singulares do Brasil, como o combate à pobreza e à corrupção.²⁶

A despeito do fato de que a criação do fundo de US\$ 30 bilhões para ajudar os países em desenvolvimento tenha

²⁴ “Eike Batista: empresas devem ‘coçar os bolsos’”, O Globo, 22/06/2012, p. 8.

²⁵ Disponível em: http://www.wbcsd.org/web/projects/BZrole/Vison2050emPortuguese_brasil.pdf. Acesso em: 01/07/2012.

²⁶ “Uma nova agenda para as empresas”, O Globo, 23/06/2012, p. 8.

sido descartada e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente não foi alçado à condição de agência oficial da ONU, o documento final da Rio+20 passou a “considerar louvável” a prática de relatórios de sustentabilidade por parte das empresas[7]. Nos últimos 20 anos, as inovações das empresas foram implantadas em nome da enorme redução de custos bem como da possibilidade de aumentar os lucros e a competitividade no mercado. Tal como o presidente da FIRJAN defendeu a privatização da infraestrutura e do saneamento básico como forma de minimizar os problemas ambientais, convém suscitar a seguinte questão: Se o mercado, por si mesmo, mostra-se obsoleto diante de uma crise devastadora e sistêmica do capitalismo global em curso – que atesta a necessidade de intervenção do Estado – como será capaz, exclusivamente, de dar conta dos problemas ambientais, já que, em sua gênese, está assentado no *laissez-faire* e na lógica intrinsecamente predatória do *rent-seeking*? Não seria um contra-senso? Conforme assevera o cientista político Sérgio Abranches, é o pilar ambiental que está sendo corroído e ele levará ao desmoronamento econômico e social, uma vez que, no século XXI, as forças

que nos ameaçam não admitem atrasos.²⁷

Sociedade Civil

A Cúpula dos Povos e a luta por novos paradigmas: uma análise sobre a organização da sociedade civil

Alana Moraes

Mestranda IFCS/UFRJ e militante da Marcha Mundial de Mulheres

Entre os 15 e 23 de Junho aconteceu no Rio de Janeiro a “Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental em Defesa dos Bens Comuns, Contra a Mercantilização da Vida”, evento paralelo à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+20. Resultado de uma construção dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil que há dois anos vêm debatendo a concepção política e o formato do encontro, a Cúpula dos Povos aconteceu no aterro do Flamengo, mesmo espaço onde, há 20 anos, ocorria a Cúpula da Terra da Rio-92.

A Cúpula dos Povos, que antes já havia sido realizada em paralelo a outros eventos multilaterais – reunião do Banco Mundial, FMI, OMC, G-8, G-

²⁷ Ver Sérgio Abranches, “Balanço da Rio+20: É o ambiental...”, O Globo, 23/06/2012, p.6.

20, OEA e também das COPs – se constituiu em 2012 como um espaço de crítica radical à forma como o sistema ONU vem lidando com a crise ambiental que atinge a humanidade. Ademais, operou uma articulação entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil rumo a uma agenda comum de lutas para o próximo período.

A Cúpula dos Povos, que se tornou o espaço mais importante e com a maior amplitude para os movimentos sociais desde o processo do Fórum Social Mundial, foi majoritariamente articulada por algumas entidades e organizações como a Via Campesina (movimento internacional de camponeses e pequenos agricultores), que tem no Brasil a representação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); a Central Única dos Trabalhadores do Brasil (CUT), principal responsável, junto com a Central Sindical das Américas (CSA) por formular o posicionamento do sindicalismo durante o processo da Cúpula; a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), organização feminista internacional presente em mais de 100 países e a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN).

A Cúpula também contou com uma forte presença dos povos indígenas representada pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), por

movimentos ambientalistas como os Amigos da Terra, e por algumas organizações não governamentais como a FASE, IBASE e Vitae Civis.

Os debates da Cúpula giraram em torno de duas questões fundamentais. A primeira foi referente ao conteúdo político e programático da aliança entre os movimentos sociais. Estes identificavam a necessidade de imprimir uma crítica radical ao debate proposto pela ONU e pelos chefes de Estado a respeito da crise ambiental e climática que o mundo vivencia mais intensamente nas últimas décadas. A ideia era construir um arcabouço sólido de crítica ao que vem sendo proposto nos fóruns multilaterais como soluções para a crise atual, como por exemplo, o conceito de “economia verde” e em contrapartida produzir alternativas para a crise a partir das “experiências dos povos” que vêm resistindo ao modelo dominante de produção e consumo e produzindo outras formas de relação com natureza e a economia tais como a partir agroecologia e a economia solidária.

A “economia verde”, que consiste, segundo a ONU, no conjunto de práticas sustentáveis e menos predatórias ao meio-ambiente foi rechaçada e denunciada pela Cúpula dos Povos porque, segundo os movimentos sociais, ela é apenas mais um esforço de legitimação do

sistema capitalista diante da crise sistêmica e, enquanto tal, significa mais expansão do mercado sobre os recursos naturais e os bens comuns. O mercado de crédito de carbono, o pagamento por serviços ambientais e a financeirização dos bens naturais, medidas que têm como objetivo aumentar o custo do desmatamento e da poluição, sob a lógica de que, desta forma, será mais lucrativo “manter a floresta de pé” foram apontadas pela Cúpula dos Povos como “falsas soluções” uma vez que só intensificam o modo de produção e consumo responsável pela crise, ao invés de romper e superá-lo.

Existiu ainda a preocupação de construir um processo não só a partir das denúncias, mas que também fosse propositivo no sentido de possibilitar uma transição ao atual modelo de produção e consumo. As “Assembleias Permanentes dos Povos”, fóruns centrais da Cúpula dos Povos, foram organizadas e orientadas para que houvesse denúncias e diagnóstico da atual crise do capital lado a lado das proposições de “novos paradigmas” e da articulação de uma agenda de lutas pós-Rio+20.

Os aspectos mais salientados nas assembleias e plenárias convergiram para a constatação de que a solução para os problemas ambientais não poderá ser proposta nos moldes do

atual modelo econômico e político do capitalismo do qual a ONU é caudatária, segundo eles, por ter sido capturada pelas grandes corporações transnacionais. Os movimentos sociais defendem uma reforma agrária e o investimento na agricultura familiar para que haja de fato a erradicação da pobreza e a garantia da soberania alimentar; a democratização e ampliação do acesso aos bens comuns como água, terra, florestas; um projeto de desenvolvimento que seja justo, verdadeiramente sustentável e que consiga dialogar com as demandas dos povos tradicionais, indígenas, mulheres e populações quilombolas.

A segunda questão fundamental que orientou os debates de construção da Cúpula dos Povos tem relação com o método escolhido para a articulação dos movimentos sociais. Desde o início do processo houve uma forte crítica ao que foi o Fórum Social Mundial e ao esgotamento desse modelo de organização para os movimentos sociais. Para muitas das entidades que compuseram o grupo de articulação da Cúpula dos Povos, o Fórum Social Mundial, que surgiu como um importante espaço de convergência dos setores sociais e políticos que lutavam contra o neoliberalismo, fracassou nesta luta ao não apresentar propostas concretas ou uma agenda de luta unificada. A crítica identifica que o

Fórum Social Mundial se perdeu na fragmentação política ao sucumbir em uma dinâmica de valorização exclusiva da auto-organização dos movimentos que, perdidos em suas próprias demandas, foram incapazes de elaborar um projeto comum anti-neoliberal.

A crítica ao Fórum Social Mundial foi definidora para a construção da Cúpula dos Povos como um novo momento no ciclo das lutas globais. A Cúpula dos Povos teve como norte político a necessidade de construir convergências e diálogos entre os diversos movimentos – negros, indígenas, mulheres, sindicatos, camponeses – em detrimento da fragmentação e da incapacidade de pensar um modelo de sociedade que possa a todos contemplar. Através das “plenárias de convergência” e das “assembleias dos povos”, espaços que nunca se realizaram plenamente no Fórum Social Mundial, foi possível a articulação entre os movimentos. Assim, entre concordâncias e dissensos, a sociedade civil organizada foi capaz de construir proposições unificadas, refletidas na declaração final da Cúpula dos Povos.

Importante salientar que a Cúpula dos Povos gerou importantes ações de mobilização nas ruas. As mais importantes foram: uma passeata feminista no dia 18 de Junho com 7 mil mulheres; um ato dos povos

indígenas, no mesmo dia, que ocupou o prédio do BNDES, forçando a direção do banco a receber uma comissão de lideranças indígenas e a abrir uma mesa de negociação; e, finalmente, uma grande passeata unificada no dia 20 de Junho, que fechou a avenida Rio Branco com mais de 80 mil pessoas, fazendo o maior ato público do Rio de Janeiro no século XXI. Novas mobilizações já ocorreram em decorrência do processo da Cúpula dos Povos, como uma manifestação em frente ao consulado do Paraguai em apoio ao povo paraguaio que vem resistindo ao o golpe e defendendo a democracia no país.

Como conclusão, é possível afirmar que a Cúpula dos Povos e todo o processo que lhe deu forma e conteúdo ainda terão desdobramentos importantes. A Cúpula dos Povos é resultado de um momento de ascensão dos movimentos sociais no mundo todo, que vêm resistindo às medidas neoliberais contra a crise econômica na Europa – que se baseiam, fundamentalmente, na perda de direitos consolidados – ou que estão disputando o projeto de desenvolvimento em curso hoje nos países da América do Sul que são, atualmente, governados por governos de esquerda e progressistas, ou ainda que estão lutando pela a ampliação da democracia e dos direitos em países

há muito tempo sufocados por ditaduras.

Para os movimentos sociais do Brasil a Cúpula dos Povos parece ter sido um momento importante de reflexão sobre a necessidade de construir lutas conjuntas em um período em que o país passa por transformações substanciais, tais como a diminuição da pobreza e a ampliação do mercado de consumo, mas ao mesmo tempo não é capaz de dar respostas a pautas centrais dos movimentos sociais, por exemplo, a luta pela reforma agrária e aos ataques dos agentes do agronegócio sofridos pelos pequenos produtores familiares; as reformas estruturais fundamentais para se consolidar e ampliar direitos, como a tributária e a política; a democratização dos meios de comunicação; o fortalecimento dos serviços públicos e do acesso ao Estado; a luta por um modelo de cidade que não seja pautada pela especulação imobiliária nem pela remoção violenta da população trabalhadora das novas áreas valorizadas pelos grandes eventos como a Copa do Mundo e as olimpíadas.

Trata-se de um momento importante que marca um amadurecimento dos movimentos sociais, capazes de produzir uma reflexão crítica sobre os espaços de articulação de suas pautas políticas, a superação de um

paradigma disperso e fragmentado rumo ao paradigma da convergência e a intensificação da crítica social mesmo em contextos mais progressistas, como ocorre hoje em grande parte da América do Sul.

Outro aspecto fundamental do processo é a reflexão que se apoia na ideia de que a ONU hoje é hegemônica por grandes corporações e que, portanto, não pode mais ser legitimada enquanto agente de um modelo mais sustentável de produção e consumo, como havia ocorrido na Rio-92. Os movimentos sociais, sobretudo, preocuparam-se em produzir formulações, entender o conjunto de propostas elaboradas em uma gramática complexa apresentada pela ONU e promover sínteses a partir do conhecimento teórico e das experiências concretas protagonizadas pelos povos em situação de resistência em todo mundo.

Em suma, a Cúpula dos Povos termina com o espírito que pode ser muito bem resumido pelo último trecho da declaração final lida no encerramento do fórum:

“Voltemos aos nossos territórios, regiões e países animados para construirmos as convergências necessárias para seguirmos em luta, resistindo e avançando contra o sistema capitalista e suas velhas e renovadas formas de reprodução: Em pé continuamos em luta!”